



1290000595



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS TCC/UNICAMP H883b

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA



O BANCO POPULAR DE TAUBATÉ E A ESTAGNAÇÃO  
DA ECONOMIA LOCAL

AUTOR: ALEX HUMMEL

ORIENTADOR: JOSÉ RICARDO BARBOSA GONÇALVES

BANCA: WALDIR JOSÉ QUADROS

Campinas  
dezembro de 1997

TCC/UNICAMP  
H883b  
IE/595

CEDOC/IE

ESTE TRABALHO FOI REALIZADO COM APOIO DO  
PIBIC/CNPQ, ATRAVÉS DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

*a meu pai Cícero, a minha mãe Acelina, e  
a meu irmão Eric, as pessoas mais  
queridas.*

## AGRADECIMENTOS

*a Lia Carolina Prado Alves Mariotto, paleógrafa e historiadora de Taubaté, apaixonada pelo que faz, sem a qual nem este nem muitos outros trabalhos seriam possíveis.*

*ao Prof. José Ricardo, meu orientador, pelo trabalho árduo e dedicação; e ao Prof. Waldir Quadros, pela compreensão e exemplo de profissionalismo.*

*a todos que me ajudaram, sem nunca pedir nada em troca, a Leila A. Rocha, aos tios Pedro e Paulo, aos amigos todos, principalmente ao Dinho e Luvercy, e aos anônimos.*

*a Deus, pela oportunidade, pela existência, pelo amor.*

*"Você pode. Você consegue!"*

*Prof.<sup>a</sup> Vera Lúcia Batalha de Siqueira Renda*

## ÍNDICE

	PÁGINA
APRESENTAÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 - A ECONOMIA VALEPARAIBANA.....	10
1.1 - TAUBATÉ RUMO À REPÚBLICA.....	13
CAPÍTULO 2 - TEMPO DE MUDANÇA.....	20
2.1 - O BANCO POPULAR DE TAUBATÉ.....	27
CAPÍTULO 3 - A DESTRUIÇÃO DO SONHO .....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42
ANEXOS	
ARROLAMENTO DAS FONTES PRIMÁRIAS .....	46
BALANCETES DO BPT.....	80

## APRESENTAÇÃO

O objetivo deste trabalho é compreender o significado da existência do Banco Popular de Taubaté, criado como parte do projeto de construção de uma estrada de ferro entre Taubaté e Ubatuba, por meio de uma associação entre capitais locais e cariocas, sob dois diferentes aspectos. Por um lado, interessa-nos saber que motivos levaram fazendeiros, comerciantes e tantos outros homens taubateanos a unirem-se em torno da criação de um banco. Ou seja, pretendemos descobrir o porquê da opção pela fundação deste banco naquele momento particular, de modo a fornecer, através desta análise pontual, o estudo de um caso, elementos para a melhor compreensão de outro fenômeno, a estruturação do sistema bancário junto à economia cafeeira.

Por outro lado, acredito que pouco avançaríamos se não investigássemos as razões que levaram tal empreendimento à derrocada. Portanto, a identificação dos elementos envolvidos tanto com a criação quanto a falência do BPT, é o caminho escolhido para alcançarmos nossa meta.

Assim, no capítulo 1 apresentamos as características do local em que se desenvolve o objeto de nosso estudo. Na primeira parte do capítulo

fazemos a explicação sumária dos elementos constitutivos do complexo econômico valeparaibano, desenhando as linhas gerais da dinâmica dessa economia. Na segunda parte voltamos nossas atenções à cidade de Taubaté, mostrando o processo de rápido crescimento que teve lugar no período anterior à instalação do Banco. Desse modo pretendemos fazer a contextualização de nossa análise, permitindo a visualização das forças produtivas e sociais operantes naquele momento.

No capítulo 2, também dividido em duas partes, procuramos traçar o perfil das principais mudanças institucionais ocorridas durante a transição para a República e que interferiram no cenário enfrentado pelo BPT. Na continuação do capítulo, discorremos sobre o desenvolvimento do Banco, a partir de todo o material levantado junto ao Arquivo Histórico de Taubaté (Divisão de Arquivos e Museus).

Por fim, no terceiro e último capítulo, fazemos a conclusão de nosso trabalho, considerando os elementos expostos anteriormente, a dinâmica da economia valeparaibana, o contexto de mudanças na política econômica, as características da cidade de Taubaté e do projeto peculiar que envolveu a fundação do BPT.

As explicações oferecidas em nossas conclusões exigem ainda uma observação importante. Todo o trabalho foi realizado sob o ponto de vista dos taubateanos, posto que as fontes consultadas referem-se a esta localidade. O exame do mesmo caso sob a perspectiva dos cariocas, poderá, eventualmente, conduzir a resultados diferentes, seja pela descaracterização dos fatos quando apresentados nos jornais locais, seja pela leitura conflitante dos fenômenos ocorridos segundo as partes interessadas, seja pela

disponibilidade de outras informações na capital. De todo modo, fica feita a ressalva e levantada a necessidade de incorporar às análises deste trabalho os resultados de uma pesquisa futura, a ser realizada junto às fontes disponíveis no Rio de Janeiro.

Nada disso, porém, diminui a relevância de nossas conclusões, exatamente por mostrarem a inédita versão da história do BPT segundo os próprios taubateanos.

## **CAPÍTULO 1**

### **A ECONOMIA VALEPARAIBANA**

O estudo do ambiente em que se desenrola a história do Banco Popular de Taubaté, passo indispensável para que possamos conhecer as reais forças que influíram em sua trajetória, exige a observação dos elementos principais dentro do processo dinâmico de desenvolvimento daquela determinada estrutura econômica. Logo, adotamos o conceito de complexo econômico tal qual utilizado por Wilson Cano, a fim de conhecermos a maneira como se manteve interrelacionada a atividade do Banco e o avanço da economia cafeeira na região. Nas palavras do autor:

*“Quando se tenta compreender o processo dinâmico de crescimento de uma economia, torna-se absolutamente necessário analisar que partes principais a compõem, como atuam cada uma delas nesse processo de crescimento, e que graus e tipo de interrelacionamento entre elas possibilita o surgimento de um conjunto econômico integrado. A esse conjunto de atividades, sobre o qual atua um certo número de variáveis independentes ou não ao conjunto, creio que se lhe pode chamar de complexo econômico.”*

Sendo assim, podemos avançar no estudo da região do Vale do Paraíba, na qual se encontra a cidade de Taubaté, e que foi toda ocupada

pela produção de café ao longo da segunda metade do século XIX, de modo que a partir da década de 1880 a idade elevada dos cafeeiros impede uma maior produtividade física, diminuindo o ritmo de crescimento da produção e, apontando já para a estagnação . Além disso, as condições de solo e clima não eram muito favoráveis ao cultivo do café no Vale, o que fazia das terras de média altitude na região as únicas disponíveis para o plantio rentável do café, descartando-se as terras baixas e as terras frias. Somado a isso, o uso de técnicas predatórias, que desgastavam demasiadamente o solo e causavam erosão, limitavam fortemente a oferta de terras valeparaibanas, fazendo com que o custo das terras ainda boas fosse bastante alto.

A partir de 1850, um outro fator vai agravar as condições de cultivo do café nesta região, a dificuldade de se encontrar mão-de-obra, dada a abolição do tráfico negreiro. O abastecimento de escravos passa então a ser feito pelas outras províncias, principalmente pelas do nordeste, acompanhado de sensíveis altas no preço, que em 1875 girava em torno de 3 contos, representando o triplo do preço de duas décadas atrás.

Com o encarecimento do trabalho, toda a força de escravos é voltada para a produção cafeeira, criando mais uma dificuldade, o aparecimento de custos até então não monetários, e que agora se traduzem em efetivos gastos, demandando maior capital de giro e gerando despesas com juros, dada a necessidade de compra dos alimentos. Grande parte desses alimentos era produzida pelos próprios escravos e agora, no momento em que seus preços tendem a elevar-se, devem ser comprados muitas através de importação.

De fato, portanto, temos uma situação em que os preços dos alimentos, os preços dos escravos e das terras são crescentes, fazendo com que o plantio de café se fizesse a custos crescentes, com um potencial de acumulação cada vez menor.

O uso de técnicas mais sofisticadas na produção também não se mostraria viável, em função do caráter marcadamente escravista das relações de produção, acrescido à situação financeira dos fazendeiros, incapazes de adquirir máquinas de beneficiamento mesmo na segunda metade da década de 1880, quando seus preços tornam-se mais acessíveis. Vale dizer ainda que o uso desses equipamentos não produziria os mesmos efeitos verificados no oeste paulista, onde se deu uma ampliação dos lucros. No Vale do Paraíba haveria de se dar tão somente uma diminuição nos prejuízos, dadas as dificuldades colocadas acima, o que poderia garantir a manutenção dos produtores menos frágeis, mas seria incapaz de evitar a decadência.

Um outro elemento de importância destacada na economia da região foi a expansão do transporte ferroviário, que tinha na Estrada de Ferro D. Pedro II seu principal expoente. A introdução do sistema ferroviário conseguiu reduzir de modo significativo os custos representados pelo uso de carros de boi e tropas de burros, compensando de alguma forma o processo de elevação generalizada dos custos de produção, permitindo a continuidade da acumulação. No entanto, o surgimento deste novo sistema de transportes ocorreu em paralelo com o antigo sistema de portos fluviais e marítimos e suas rodovias, assim como uma rede de armazéns localizados junto a esses

portos. Desse modo, parte da estrutura existente entrou em desuso, atenuando os efeitos positivos das ferrovias.

Esse o quadro de crise que caracterizou a região valeparaibana na segunda metade do século XIX, e que expressa a profunda diferenciação que viria a se desenhar entre essa parte do território paulista e a porção oeste. Veremos o desenvolvimento da cidade de Taubaté, especificamente.

## **1.1 - TAUBATÉ RUMO À REPÚBLICA**

O rápido avanço da cultura do café por São Paulo atingiu, logo nos primeiros instantes a cidade de Taubaté, cuja história revela um passado bastante rico, tendo disputado mesmo com a cidade de São Paulo a primazia entre as localidades paulistas. Desde de sua fundação, em 1645, Taubaté participou da vida brasileira de forma privilegiada, em função de sua localização, ao mesmo tempo próxima do Rio de Janeiro, dos portos de Ubatuba e São Sebastião, no litoral norte, e do sul de minas, por onde circulavam tropas de burros com o metal precioso ali encontrado. Com a chegada do café em suas fazendas, os taubateanos encontraram a peça que lhes faltava para fugir do período depressivo que sucedeu à independência do país. Por volta de 1836, o Vale do Paraíba produzia cerca de 86,5% de todo o café paulista, correspondente a 510.406 arrobas. Quase duas décadas depois, em 1854, a produção cafeeira atingia 2.737.639 arrobas, revelando um crescimento de 436% sobre o número anterior. No mesmo período a população valeparaibana havia aumentado em apenas 38%,

somando-se então 146.055 habitantes. Logo se percebe que a acumulação de riquezas na região se fazia de modo fantástico, desenhando-se aqui anos verdadeiramente dourados em Taubaté.

**Classificação dos Municípios Paulistas por renda ( em contos,  
valor corrente e arredondado)**

1885		1896		1920	
Município	Renda	Município	Renda	Município	Renda
Capital	338	Capital	3864	Capital	25563
Santos	209	Santos	1997	Santos	7085
Campinas	82	Campinas	1049	Campinas	2040
Taubaté	34	Taubaté	442	Ribeirão Preto	1256
Mogi-Mirim	29	Ribeirão Preto	428	Bauru	921
Amparo	26	São Carlos	297	Amparo	832
Rio Claro	25	Piracicaba	252	São Carlos	754
Pindamonhangaba	23	Amparo	248	Araraquara	718
São Carlos	21	Sorocaba	236	Taubaté	576

Fonte: A Locomotiva, J. Love

Todo esse período de forte crescimento teve seu auge por volta da década de 1870. Ao observarmos os dados de 1886, já notamos o declínio da produtividade dos cafezais valeparaibanos. Somam-se apenas 2.074.267 arrobas, correspondentes a meros 20% do que se colhia em São Paulo. É fundamental ainda atentar para o fato de que a perda de produtividade dos velhos cafezais da região ocorria tanto em termos relativos quanto absolutos. Ainda que desconsiderando a área plantada nas várias regiões produtoras, o fato de a zona central, localizada em torno da capital da província, haver colhido 3.008.350 arrobas de café, equivalente a 29% da produção paulista, no mesmo ano de 1886, aponta para uma perda de posição relativa da zona norte( como era chamado o Vale do Paraíba). Isso ocorria tanto pela idade

avançada dos cafeeiros valeparaibanos, já exaustivamente explorados, como também pela existência de clima e solos mais favoráveis nas áreas a oeste, ainda em São Paulo.

A rentabilidade dos capitais localizados na zona norte era decrescente ao longo dos anos, pois todo o desenvolvimento das atividades produtivas e, conseqüentemente, da acumulação, giravam em torno do café, que se constituía no elemento propulsor das demais atividades naquele momento. Se havia ferrovias, manufaturas, bancos, etc., era porque a produção cafeeira lhes dava sustentação. Nenhuma dessas formas de capital seria capaz de garantir sua reprodução independentemente, pois a engrenagem que punha em movimento a roda da acumulação era a riqueza que brotava dos frutos vermelhos do cafeeiro.

**População e Produção de café no Vale do Paraíba em relação ao estado de São Paulo**

	<b>1836</b>	<b>1854</b>	<b>1886</b>	<b>1920</b>
<b>População</b>	103679	146055	338533	490660
<b>% População Paulista</b>	45,65	38	32,66	13,43
<b>Café em arrobas</b>	510406	2737639	2074267	767069
<b>% Produção Paulista</b>	86,5	77,46	19,99	3,47

Fonte: O Roteiro do Café, S. Milliet

No momento em que é deixado para trás o auge do café na região, suas cidades começam a penetrar no sombrio mundo da decadência. Trazem consigo a herança saudosa dos dias de prestígio, incitando os

homens a vasculharem a imaginação em busca de um novo porto seguro para suas aspirações.

No ano de 1877, enquanto ainda vivia seus melhores momentos, Taubaté contava com cerca de 19.000 habitantes, dos quais 15.255 eram homens livres e 3.708 escravos. Desses homens livres, 6.289 sabiam ler e escrever. Dez anos depois, em 1887, com uma população de aproximadamente 19.500 pessoas, os taubateanos desfrutavam da quarta maior renda entre os municípios paulistas, atrás apenas de São Paulo, Santos e Campinas. Em 1920, mergulhada na mais profunda estagnação, a cidade aparecia como a nona maior renda do estado, com um crescimento bastante modesto.

Cortada pela estrada de ferro D. Pedro II, depois Central do Brasil, Taubaté alcançava seus dias de crise na década republicana mostrando o que havia ficado de seu passado próximo. Em 1895 a cidade contava com serviço de iluminação a gaz e rede de água e esgoto quase completa. Partiam diariamente da estação oito trens de passageiros com destino às capitais do estado e da República. Uma linha de bonds a vapor fazia a ligação com Tremembé, distante 7 km. Além disso, havia na cidade 4 teatros com uma programação intensa, uma companhia telefônica, 4 bancos e casas bancárias, uma fábrica de tecidos com cerca de 250 operários, etc.

Tudo isso, no entanto, fora construído em um momento diferente, em que a crise, a pobreza, a desesperança, não povoavam as preocupações dos taubateanos. A sensação de perda já era grande no final da década de 1880, e as tentativas de recuperar a lavoura e fazer reviver os dias de fartura eram constantes e variadas. Liam-se nos jornais receitas maravilhosas, capazes

de multiplicar a produtividade do mais nefasto dos cafezais. Outros apontavam para a combinação de novas culturas, que associadas ao café combateriam as pragas e renovariam a terra. A experiência mostrou tratar-se em sua maioria de devaneios, e nenhuma delas foi levada a sério, excessão feita à proposta de construção de uma ferrovia que ligando a cidade de Taubaté ao porto de Ubatuba, traria de volta a prosperidade.

Ainda hoje existe, na cultura popular, a percepção de que tal ferrovia, que jamais foi concluída, teria sido capaz de restabelecer os dias de riqueza, e a não realização de seu projeto teria conduzido a cidade à decadência que teve lugar em princípios do século XX.

A idéia de se construir uma ferrovia com o objetivo de superar a crise que vivia a região, parece ser fruto da observação das oligarquias taubateanas em relação ao oeste paulista. O benefício pretendido com a obra seria a redução dos custos de transporte, não só pelo uso dos trens propriamente, como também pela reativação do porto de Ubatuba, cuja localização era privilegiada em relação a Taubaté. O que não parece ter recebido a atenção devida pelos mentores do projeto, foi o fato de que a ferrovia não poderia exercer, neste caso, um dos papéis que realizava na região oeste paulista, a função de incorporadora de terras. Ao rasgarem o terreno em direção ao oeste, as ferrovias tornam viável o cultivo de terras anteriormente intocadas, além de permitir a liberação de recursos investidos no antigo sistema de transporte, formado por tropas de burros, conferindo maior liquidez aos produtores do oeste. Em Taubaté, não existia a possibilidade de incorporação de novas áreas, dado que todo o espaço disponível já estava ocupado. Além disso, a ferrovia é apresentada como

instrumento capaz de reerguer a lucratividade da produção cafeeira que é, por sua vez, a base que daria sustentação às atividades da própria ferrovia, o que explicita uma inversão no sentido lógico dos acontecimentos dentro da análise dos taubateanos.

Embora exista essa inversão, as elites taubateanas abraçam o projeto da ferrovia como indispensável para a recuperação econômica e vão até o governo central pressionar pela concessão de garantia de juros e demais privilégios para a realização da obra. Neste ponto começa a ganhar forma a constituição do BPT, que viria a agir como suporte à companhia responsável pela execução das obras da estrada de ferro.

Apesar de sempre poder ter contado com o apoio do governo imperial, mesmo porque o auge da atividade cafeeira no Vale ocorreu por volta dos anos 1870, isso não se tornou embaraço para a conversão das elites locais em republicanas no momento oportuno. Os desacertos que se deram com o governo republicano deviam-se mais à dificuldade em assimilar as novas regras que a uma resistência à forma republicana do estado. A fatalidade da República parece ter sido forte o suficiente para sepultar os desejos dos monarquistas, que mudaram de partido ou se mantiveram calados sob a pressão da gênese republicana.

Ainda na esteira dos acontecimentos políticos, merece citação o projeto pretencioso elaborado pelas oligarquias do Vale do Paraíba, em sua porção paulista, e as oligarquias do sul de Minas. Trata-se da idéia de criar a província do Sapucaí, composta por esta faixa de terra que, partindo do litoral norte de São Paulo, ultrapassando as serras do Mar e da Mantiqueira, envolvendo o Vale do Paraíba, vai terminar no interior de Minas Gerais,

incorporando a região sul. Embora este projeto nunca tenha ganhado dimensões maiores que as dos sonhos, o fato é que constantemente pode-se ler o descontentamento da população local com o descaso das autoridades federais. No momento de crise, a menção a tal proposta, ainda que somente como uma figura messiânica, mostra a postura quase que instintiva das elites em busca de sobrevivência.

É com esse espírito, portanto, que os líderes de Taubaté apostam na promessa da estrada de ferro até o litoral, depositando aí não só suas esperanças como também seus capitais.

## **CAPÍTULO 2**

### **TEMPO DE MUDANÇA**

Antes de mergulharmos sobre a história do BPT, propriamente, é preciso fazer algumas considerações a respeito das profundas transformações vividas pelo país no período da instalação da República. E este gesto se justifica pela maneira como o ambiente econômico se alterou, trazendo uma série de novos desafios à gestão pública, especialmente no que trata das questões monetárias e de finanças públicas, de interesse imediato ao estudo de uma instituição financeira.

Neste sentido, portanto, não podemos deixar de colocar a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, que projetou uma sensível elevação da necessidade de capital de giro por parte dos fazendeiros do café, uma vez que o trabalho passou a exigir uma contrapartida periódica em moeda. É bem verdade que nesses primeiros momentos após a extinção do trabalho servil, em maio de 1888, a concretização do trabalho livre foi se dando a partir de uma série de diferentes regimes de trabalho, como é o caso das parcerias, onde o pagamento se efetivava sem o uso de dinheiro. No entanto, é incontestável o

imigrantes europeus vão substituindo os braços negros na lavoura. A tabela abaixo mostra a intensidade com que ocorreu a imigração nesta época, permitindo imaginar o impulso que este movimento deu à generalização dos pagamentos em moeda e, por consequência, do aumento na demanda por crédito da parte dos cafeicultores:

#### **Imigração Bruta Anual para o Brasil e São Paulo**

<b>ANO</b>	<b>TOTAL /BRASIL</b>	<b>SÃO PAULO(%)</b>
<b>1885</b>	35,688	23
<b>1886</b>	56,606	37
<b>1887</b>	64,818	50
<b>1888</b>	79,224	54
<b>1889</b>	115,879	58
<b>1890</b>	121,927	66
<b>1891</b>	122,238	66
<b>1892</b>	121,245	75
<b>1893</b>	133,274	81

Fonte: Reforma Monetária(...), G. Franco

Uma característica que acompanhava a introdução do trabalho assalariado era a sazonalidade dos pagamentos, inerente à atividade de produção do café. Nos períodos de colheita, crescia a necessidade de contratação de trabalhadores, assim como a demanda por meios de pagamento. Essa pressão, que se traduzia em maior demanda por crédito, se fazia sentir sobre a frágil estrutura bancária existente no país, incapaz de atender às necessidades dessa nova realidade das relações de produção da economia cafeeira. E a culpa por essa insuficiência não era exclusividade do pequeno porte da rede bancária, concentrada fundamentalmente no Rio de Janeiro, apresentando um corte bastante nítido entre as instituições

nacionais e as estrangeiras, sobretudo britânicas, sendo que as últimas dominavam os negócios do câmbio, especulando neste mercado altamente rentável, enquanto as primeiras se dedicavam ao financiamento do comércio e da indústria interna. Outro elemento que obstaculizava as atividades de crédito interno, era o comportamento da população, principalmente no interior, extremamente voltado ao entesouramento. Desse modo, uma boa parte do volume de moeda em circulação ficava retida nas mãos do público, revelando um índice baixíssimo no uso de cheques bancários. A consequência primeira sobre os bancos era a impossibilidade de expansão dos negócios, uma vez que os depósitos bancários eram limitados, tornando reduzido também o multiplicador.

Em função dessas dificuldades, a estrutura bancária atrofiada, a prática comum do entesouramento nas cidades e no campo, e a concentração da demanda por meios de pagamento na época da colheita, a partir do trabalho remunerado, as crises de liquidez na praça do Rio se faziam costumeiras, gerando protestos os mais variados contra a política monetária do governo, que perseguiu durante todos os anos 80 a meta da conversibilidade da moeda.

Este objetivo da política econômica era fruto do debate existente entre os metalistas, defensores da aceitação irrestrita das regras do padrão ouro, e os papelistas, promotores da defesa pela maior liquidez no mercado a partir de emissões monetárias mais flexíveis. A posição vitoriosa, nos anos 80, ficava com os metalistas, que utilizavam dos instrumentos disponíveis para alcançar a conversibilidade em torno do câmbio à paridade oficial de 27 pence por mil réis. Ocorria, no entanto, uma sensível escassez de reservas

metálicas no país, de modo que as regras do padrão ouro não se faziam valer. Como não era possível exportar ouro nas situações de balanço de pagamentos contrário, a taxa de câmbio caía e a conversibilidade era suspensa. O diagnóstico feito pelos financistas do governo na época, apontava para o excesso de papel moeda em circulação, o que implicava imediatamente a busca da estabilidade do câmbio através da restrição monetária.

Ainda sem questionarmos a correção dessas análises, pois o que nos interessa são os fatos históricos tal qual ocorreram, vale considerar que a luta pela estabilização do câmbio encontrava razões diversas, estando assentada nos anseios de grande parte da população. De certo modo, pode-se dizer que o câmbio era o preço mais importante dessa economia, pois interferia nos gastos do governo, no nível de preços, na distribuição de renda e ainda no nível de atividade. O câmbio alterava os preços dos bens de capital importados, o grau de proteção à indústria interna e a lucratividade do setor importador. Tornava-se fundamental face à elevada participação dos bens de consumo importados na composição da cesta de consumo das famílias brasileiras. Além de todos esses fatores, o preço da moeda ainda era decisivo para o resultado do Tesouro, pois grande parte da receita de impostos vinha dos tributos sobre as importações e vários pagamentos eram feitos com base na libra, como os pagamentos da dívida externa, da dívida interna em ouro e as garantias de juros às empresas estrangeiras.

Fica claro, então, o porquê da busca incessante pela estabilidade cambial. O instrumento ortodoxo, porém, é que se choca com as necessidades crescentes de meios de pagamento. Enquanto o câmbio

oscilava junto com os resultados do balanço de pagamentos, a política metalista concentrava esforços no controle da quantidade de moeda.

**Taxas de Câmbio - Médias mensais em pence por mil réis**

meses	1884	1885	1886	1887	1888
jan	21(3/4)	19(1/2)	17(13/16)	22(3/16)	24(1/16)
fev	22(1/8)	19	17(15/16)	22(1/8)	24(1/2)
mar	21(5/8)	18(5/8)	18(15/16)	21(13/16)	23(7/16)
abr	21	18(1/4)	20(9/16)	21(5/8)	23(7/16)
mai	20(3/8)	18(3/10)	21(7/8)	22(1/4)	23(7/8)
jun	20(1/4)	18(1/8)	21(1/8)	22(1/8)	24(3/8)
jul	20	18	20(3/4)	22(3/8)	25(9/16)
ago	20(5/8)	18(1/16)	21(1/8)	22(3/8)	26(1/6)
set	19(7/8)	18(3/8)	21(9/16)	22(5/8)	26(1/2)
out	19(3/4)	18	22	22(3/8)	27(1/16)
nov	19(1/2)	17(7/8)	21(7/8)	22(3/4)	27(1/16)
dez	19(1/2)	18	21(5/16)	23(3/16)	27(1/16)
Fonte: ob. cit. , G. Franco					

**Estimativa para o balanço de pagamentos - em milhares de libras**

ANO	SALDO
1884	-641
1885	-4031
1886	6211
1887	2165
1888	17884
1889	10463
1890	-3480
1891	-6000
1892	-3669
1893	1727
1894	-3626

Fonte: ob. cit. , G. Franco

Em resposta aos movimentos instáveis da economia, alguns parlamentares apresentam propostas de uma reforma monetária, visando romper as restrições de meio de pagamento na praça do Rio através de uma

Senado em junho de 1887, pelos Senadores Affonso Celso (depois Visconde de Ouro Preto), Jerônimo José Teixeira Jr. (depois Visconde de Cruzeiro) e o ex-ministro Lafayette Rodrigues Pereira, propunha a criação de bancos emissores sem qualquer restrição em relação ao número ou ao tamanho desses bancos. Tratava-se portanto de um texto de cunho papalista, cuja aceitação pelo parlamento conservador não se daria antes de 1888, momento em que a conjuntura nacional se revertera de modo bastante significativo, apresentando um forte crescimento e, ao mesmo tempo, uma situação tranquila no sistema bancário, dada a posição extremamente favorável das contas externas, garantindo abundância de recursos. Diga-se ainda que o decreto aprovado em novembro de 1888 tinha em relação à proposta inicial uma imagem apenas assemelhada, dadas as mudanças sofridas durante o trânsito pelo Senado.

Apesar de tudo, os efeitos dessa lei foram bastante limitados. A regulamentação do texto impunha dificuldades à emissão por parte dos bancos que seriam criados, seja por conta da insegurança quanto às flutuações da taxa de câmbio e suas relações com a emissão de base metálica, seja pela rentabilidade pouco atrativa representada pela possibilidade de emissão sobre apólices<sup>1</sup>. Uma nova regulamentação foi feita em julho de 1889, seis meses após a primeira tentativa. Dessa vez a emissão com base em fundo metálico ficou autorizada até o triplo do capital dos bancos criados com esse fim e logo surgiram instituições atendendo à proposição do governo.

---

<sup>1</sup> A explicação de como se colocaram estas restrições é feita com clareza por Gustavo H.B. Franco, em “Reforma Monetária e Instabilidade Durante a Transição Republicana”, capítulo 2.

Juntamente com a política de ajuda à lavoura realizada pelo Império, esses bancos emissores desencadearam um período de especulação brutal no mercado acionário. Nas palavras de Amaro Cavalcante:

*“Foi justamente em 1889, época da maior confiança (setembro/outubro), e da maior abundância da moeda metálica, que apareceu o mais espantoso jogo da Bolsa, com uma alta de preços nunca vista. Então, pela primeira vez, foram nesta praça abertas subscrições para companhias e bancos logo com 40% a mais de ágio. Então é que tivemos de presenciar a procura de ações das novas empresas, qual se deu acerca do Banco Construtor, cuja subscrição, sendo aberta para 250.000 ações, os pedidos excederam a um milhão delas.”*

No que trata da liquidez do mercado no Rio, a situação se manteve favorável até que no final do ano o câmbio voltou a cair, promovendo um princípio de corrida aos bancos. Mais uma vez a emissão metálica encontrava seus limites. Em função da grande demanda por dinheiro o governo emite papel moeda além do que lhe seria permitido. O nível de atividades continuava a crescer e a especulação não deixava de pressionar por mais dinheiro. Em janeiro de 1890, já sob o governo republicano, Rui Barbosa implementa sua reforma bancária

As emissões dessa vez se dariam a partir de apólices da dívida pública, com um mecanismo de auto-resgate dessa dívida, constituído-se em um dispositivo voltado não só a combater a falta de meio circulante como ainda reduzir os gastos do Tesouro com juros, que eram já bastante elevados. Mesmo com o incremento significativo do volume de moeda em circulação no primeiro ano republicano, a taxa de juros se mantinha elevada.

Isso porque a demanda por moeda por parte dos especuladores era assustadoramente alta, tendo em contrapartida bancos emissores com poder concentrado. Ao longo da ciranda financeira que se instala, é claro que a taxa de valorização das ações deve ser sempre maior que a taxa de juros, de modo que os ganhos especulativos não sejam anulados. A partir daí fica criado um processo que vai terminar, inequivocamente, na quebra da Bolsa, que dá sinais de esgotamento no segundo semestre de 1891.

Feitas estas colocações, temos um esboço elucidativo do cenário em que tem lugar nossa história. As dificuldades vividas pela praça do Rio, da qual era tributária a região do Vale, nos ajudarão a compreender o desenvolvimento e a derrocada do projeto taubateano da ferrovia até o litoral e, por consequência, do BPT

## **2.1 - O BANCO POPULAR DE TAUBATÉ**

Levando adiante o projeto de construção de uma linha férrea unindo Taubaté ao porto de Ubatuba, os cidadãos Francisco de Moura Escobar e Victoriano Eugênio Marcondes Varela pediram e conseguiram a concessão de privilégio e garantia de juros para a construção da desejada ferrovia, através do decreto nº10.150, de 5 de janeiro de 1889,, estabelecendo a garantia de juros de 6% sobre o limite de trinta contos por quilômetro. Este era um momento estramemente favorável à constituição de novos

empreendimentos. Vejamos o relato de Gustavo Franco com relação ao ano anterior, 1888:

*“O estado de liquidez, a situação lisongeira das contas externas e do câmbio, assim como a Abolição e o crescimento da imigração, criaram em 1888 condições favoráveis para uma expansão de grande vulto. Crescia a oferta de trabalho e, também, o mercado consumidor, a apreensão e estabilidade do câmbio favoreciam uma expansão das importações, e a situação dos bancos indicava possibilidades de expansão do crédito em 1888. Um expressivo boom começava, pois, a firmar-se.”*

Neste mesmo decreto ficava estabelecido o prazo de seis meses para que fosse organizada a companhia que executaria as obras, e outros seis meses para que fossem feitos os estudos definitivos do traçado da estrada de ferro. O não cumprimento desses prazos implicaria a caducidade da concessão. Uma vez encerrados os estudos, o governo disporia de 30 dias para aprová-los e, então, a companhia teria outros 60 dias para dar início às obras.

Embora tratasse logo de cuidar do cumprimento dos prazos estipulados no decreto, os concessionários tiveram de pedir ao governo, agora republicano, a prorrogação dos prazos. Através do decreto 332, de 12 de abril de 1890, os prazos para incorporação da companhia e início dos trabalhos foram prorrogados até 31 de dezembro de 1891. Pelo contrato antigo, estes prazos se encerrariam em 5 de julho de 1889 e de 5 de abril de 1890, respectivamente.

Finalmente, em 28 de setembro de 1890, são iniciadas as obras em Ubatuba, na região do Indaiá, ao sul da cidade. Passado o tempo, as obras

chegaram ao final de 1892 com 61km de leito preparado e 45km em construção, com alguns túneis prontos e várias estações sendo erguidas. Apesar de todos os avanços obtidos, a situação financeira da Companhia não era nada boa. Em agosto de 1892 é conseguida a autorização para a tomada de um empréstimo no valor de 5000 contos, o que representava quase a totalidade do valor da obra, previsto em 5130 contos. A frustração da tentativa de empréstimo agrava ainda mais a situação, apontando para a inviabilidade da continuação dos trabalhos. No ano seguinte, em 10 de agosto o decreto 1.510 prorrogou o prazo para a conclusão das obras em 24 meses, o que a princípio poderia mostrar-se desnecessário, pois a prorrogação do prazo para o início das obras para 31 de dezembro de 1891 dava a entender que o prazo para a conclusão dos trabalhos também se havia prorrogado. Nesse mesmo momento, com o agravamento das dificuldades financeiras da companhia, foi dissolvido o pessoal técnico da companhia empreiteira das obras. Sucede-se uma greve violenta por parte dos trabalhadores que há muito não recebiam seus salários e invadem uma vila nas proximidades do leito da ferrovia, empunhando armas de fogo e bandeiras do movimento anarquista. Os armazéns são tomados e saqueados, com a promessa de que tudo seria pago tão logo os trabalhadores recebessem seus salários. O governo chega a deslocar tropas para a cidade com o objetivo de dissipar o movimento, mas os trabalhadores se desmobilizam antes de qualquer confronto.

Finalmente, a 2 de junho de 1894 é publicado o decreto 1.721, declarando caduco o privilégio, garantia de juros e demais favores concedidos para a construção da ferrovia. No ponto de vista do governo, a

prorrogação concedida para o início dos trabalhos - de 5 de abril de 1890 para 31 de dezembro de 1891 - não implicava em prorrogação automática do prazo para conclusão das obras.. Sendo assim, ao conceder a prorrogação de dois anos para a conclusão das obras, compreendeu que este se havia encerrado em 5 de abril de 1894. Desse modo, a concessão deveria ser declarada caduca.

A Companhia Estrada de Ferro do Norte de São Paulo, personagem dos acontecimentos narrados acima, havia sido criada com sede no Rio de Janeiro, com um capital subscrito de doze mil contos de réis. Observando a composição da diretoria da Cia. em 1892, encontramos os nomes de Honório Ribeiro e Barão de Mesquita, enquanto o concessionário da estrada de ferro, Victoriano Eugênio Marcondes Varela, era também acionista do BPT e diretor secretário do banco neste mesmo ano. Essa primeira estreiteza das relações entre as duas empresas já aponta para a congruência de interesses entre elas. Porém, ainda mais se pode dizer conhecendo-se a história do banco.

## LISTA DOS ACIONISTAS DO BANCO POPULAR DE TAUBATÉ

Antonio Joaquim T. Lopes - guarda-livros do banco em 1891

Antonio Marcondes de Moura - lavrador

Barão da Pedra Negra - capitalista e fazendeiro ( presidente do Banco Norte SP-BNSP em 1891)

Carlos José daSilva Pinto

Crescencio José de Oliveira - advogado e fazendeiro ( tesoureiro do BNSP em 1891), diretor presidente do BPT em 1889

Jacinto Pereira da Silva Barros

João Affonso Vieira - negociante, fazendeiro, diretor gerente do BPT em 1889 e posteriormente diretor presidente ( acionista do Banco de Crédito Real SP MG em 1895)

John Milne Tindal ( escocês) - industrial e proprietário ( acionista dos bancos BNSP e Banco de Crédito Real SP MG)

José Benedito Marcondes De Mattos

José Ricardo Moreira de Barros

José Rebouças de Carvalho

Rodrigo N. de Souza Reis - diretor presidente do BPT em 1891

Sebastião Monteiro Coelho da Silva

Victoriano Eugênio Marcondes Varella - diretor secretário do BPT em 1892, concessionário da estrada de ferro de Taubaté a Ubatuba.

Feitas as primeiras reuniões no final do ano de 1888, o Banco Popular de Taubaté tem suas operações iniciadas no ano seguinte, na mesma época em que era concedida a concessão para a construção da estrada de ferro. Embora grande parte dos acionistas do banco, fundado com capital de 300 contos, fosse residente em Taubaté, conforme a relação acima, é de se esperar que uma parcela considerável dos acionistas residissem na capital, Rio de Janeiro. Os indícios que apontam para este fato são a profunda conexão que se verificou entre as duas companhias aqui analisadas e a dificuldade permanente em se conseguir a presença de número mínimo de acionistas nas reuniões do banco. Considerando que era do maior interesse de todos os acionistas deliberar sobre os assuntos relativos ao banco, é difícil encontrar explicação para a ausência sistemática dos acionistas às reuniões, se estes residissem em Taubaté.

Continuando a percorrer a lista de acionistas, mesmo que incompleta, pois os originais não foram encontrados, deparamo-nos com figuras de vulto na cidade de Taubaté. Dentre estes nomes, destaca-se a figura do Cel. João Affonso Vieira, líder político de história bastante curiosa. Após ter construído sua riqueza como tropeiro, conseguiu alcançar um poder político mais que absoluto na cidade. Em uma folha do Jornal do Povo pode-se ler: "o primeiro homem dessas paragens é o Cel. João Affonso Vieira, Presidente da Câmara Municipal de Taubaté, Membro do Conselho Fiscal da Cia. Estrada de Ferro Norte de São Paulo, Presidente do Banco Popular de Taubaté, chefe político governista de Taubaté, irmão do delegado de polícia de Taubaté, tio do subdelegado de polícia de Taubaté, tio do 1º juiz de paz de Taubaté,

comandante superior da Guarda Nacional de Taubaté, tio, cunhado e primo de muitos capitães, majores e tenetes coronéis(...) “.

Essa figura chave da vida taubateana naqueles anos, também aparece como elo entre os interesses “caipiras” e as elites cariocas. Não pode restar dúvidas, pelo histórico do Cel. João Affonso, quanto à seriedade das relações entre a companhia da estrada de ferro e o BPT.

Os primeiros momentos de vida do BPT revelaram a euforia em que vivia toda a cidade pela expectativa de realização da estrada de ferro. As movimentações nas contas do banco não paravam de crescer, ao passo em que a distribuição de dividendos aos acionistas somava dois contos e setecentos mil réis apenas no primeiro ano.

O que se percebe de tudo o que foi dito até aqui, é que o projeto de construção da ferrovia entre Taubaté e Ubatuba fez com que se criasse uma articulação entre os capitais da capital e de Taubaté, onde a execução das obras e exploração da ferrovia quando pronta ficaria a cargo dos cariocas, enquanto o serviço de financiamento da empreitada seria a parcela dos paulistas nessa combinação. Em nenhum instante faz-se segredo dessa articulação, sendo pelo contrário, proclamada como uma das virtudes do BPT, estar provendo a cidade do crédito necessário ao seu desenvolvimento.

Este arranjo poderia, evidentemente, ser rompido. Restava saber em que condições se daria uma eventual ruptura e quais suas consequências. A princípio, parece-nos mais frágil a situação dos taubateanos, dado que o objeto em questão, a ferrovia, representava aos seus olhos diferença entre a recuperação econômica e a total bancarrota. Não bastasse isso, a proximidade da companhia carioca com a bolsa de valores e a especulação,

além de criar dificuldades aos paulistas para acompanhar os passos dessa empresa, obscureciam ainda mais os destinos da empreitada, quando visto pelo lado taubateano.

Não tardou muito para que a companhia enfrentasse sua crise financeira, em meio às armadilhas do encilhamento, como já foi colocado. À frustração da realização do empréstimo de 5000 contos segue uma profunda crise na companhia, que suspende o pagamento aos empreiteiros, desfazendo-se depois do pessoal técnico e, finalmente, recebendo o golpe fatal com a cassação dos direitos e privilégios sobre a ferrovia.

Durante todo esse período o BPT desfrutou da mais perfeita saúde financeira, ampliando seus negócios, pagando os dividendos aos acionistas, acumulando recursos em seu fundo de reserva e na conta de lucros retidos. Porém, atendendo ao seu papel na combinação feita em torno do projeto da ferrovia, o BPT havia emprestado cerca de 700 contos a tal empresa, cujo recebimento mostrava-se extremamente difícil, dada a iliquidez e fragilidade financeira da Cia E.F.N.SP. Em 1893 a crise se anuncia ao banco, tendo-se dado a interrupção das suas atividades em 17 de agosto. O próprio Cel. João Affonso viaja ao Rio de Janeiro, onde tenta usar de sua influência para a liberação do tal empréstimo de 5.000 contos para a companhia, junto ao Banco da República. O resultado foi negativo, apesar da permanência insistente do Coronel durante seis meses na capital, pois o próprio Banco da República pedia auxílio ao governo na soma de 70.000 contos !

A crise continua e invade o ano de 1894 agravando-se cada vez mais. Surgem denúncias de irregularidades e acusações de má administração por parte mesmo dos acionistas. Com a decretação da falência da CIA E.F.N.SP,

o BPT tenta ser o síndico da falência e mais uma vez vê fracassarem seus esforços.

Neste instante já é clara a ruptura no arranjo formado a princípio para a realização da ferrovia até o litoral. Evidência disso é a posição do banco, que surpreendentemente muda seu discurso, aceitando com alegria a falência da companhia antes sua aliada, por considerar este o único meio de reaver a importância emprestada para a execução da ferrovia. Mais ainda, assinalava com a aceleração da execução das obras, seja pela compra da companhia em leilão ou mesmo por iniciativa do próprio banco, que associado ao Banco de Crédito Móvel do Rio de Janeiro pede, em março de 1895, licença para construção de uma ferrovia ligando Taubaté a Ubatuba, por um novo traçado, sem que haja danos a terceiros!

Nenhuma dessas iniciativas obteve êxito. Por um lado, a liquidação da Cia E.F.N.SP não encontrou quem arrematasse em leilão o leito da ferrovia em construção juntamente com os sonhos dos taubateanos. Por outro lado, o BPT não obtém a concessão, mesmo porque seria difícil acreditar na capacidade do banco em reunir os capitais necessários à obra, em meio a uma crise nacional e enfrentando o descrédito de que já era possuidor, por sua história tortuosa.

Ainda sob as sombras da crise, Taubaté assiste a um episódio desconcertante, quando em 1895 surge uma grave denúncia de que o Cel. João Affonso Vieira estaria envolvido com a falsificação de papel-moeda na cidade. Apesar da contundência da denúncia, com o testemunho de várias pessoas atestando que o Cel. mantivera contatos no sentido de criar uma tipografia e, ainda, haveria sido visto na companhia de criminosos

conhecidos desta prática, nada foi comprovado. Alguns anos depois, em 11 de junho de 1898, falecia o Coronel, em decorrência dos abalos que sua saúde sofreu nos momentos mais difíceis da crise. Arruinado também financeiramente, o velho tropeiro levou consigo muitos segredos da vida taubateana de seu tempo.

Deste período em diante, as informações sobre o BPT são raras, o que nos leva a acreditar que tenha permanecido inoperante por longo tempo. Ainda em abril de 1895 o BPT anunciava a retomada de suas atividades, em função da aquisição dos bens da Cia E.F.N.SP por um sindicato inglês. Esta notícia também jamais viria a se confirmar.

Ao longo dos anos restantes do século, o debate entre as elites taubateanas se desloca para a ameaça representada pelo projeto de construção de uma ferrovia ligando o Vale do Paraíba ao litoral, partindo de São Sebastião e alcançando São José dos Campos. O desejo de tornar realidade a ferrovia de Taubaté ao litoral não havia desaparecido, embora já não mais se fizesse questão do porto de Ubatuba, desse ou daquele traçado. Para a frustração local, este projeto também jamais foi concluído.

Nota-se neste momento, apesar de estar com suas forças exauridas, a tentativa quase heróica das elites taubateanas no sentido de concluir aquele que seria o projeto redentor, capaz de devolver a vida aos moribundos. Talvez por conta desse fio de esperança o BPT ainda mantivesse uma sobrevida, pronto para desempenhar o papel para o qual foi concebido, prover de crédito o projeto da ferrovia até o litoral e restabelecer a riqueza da região. Nada disso se verificou, e em 1899 os acionistas foram convocados

para tratar da liquidação amigável do BPT, pois já não mais havia condições nem motivos para a manutenção do banco.

## CAPÍTULO 3

### A DESTRUIÇÃO DO SONHO

A primeira palavra que podemos dizer sobre a composição do Banco Popular de Taubaté, diz respeito ao contexto particular em que se deu a sua concepção, qual seja, a combinação de capitais cariocas e paulistas em torno do projeto de construção de uma ferrovia. Para os primeiros parece sobressair o sentido lógico e claro da busca de realização de capital, seguindo o exemplo de outras empresas semelhantes ligadas ao transporte ferroviário, apesar de que as condições em que se processou a falência da companhia responsável pelas obras da estrada de ferro levantam suspeitas quanto à possibilidade de estarmos diante de uma típica empresa do período do encilhamento, cujo objetivo verdadeiro era promover a especulação, desinteressada, então, da efetivação de tal ferrovia. Não se trata apenas da busca pelo lucro de fundador de Hilferding<sup>2</sup>, a conjuntura do encilhamento é ainda mais propícia a ganhos especulativos e a golpes de todo gênero. Já para os paulistas, no entanto, essa combinação representa, mais do que a oportunidade de realização de lucros, a chave para a sobrevivência política e

---

<sup>2</sup> Ver O Capital Financeiro, de Hilferding, capítulo VII, item I.

econômica das próprias oligarquias. Está em jogo (é o que acreditam os taubateanos) todo o destino da região, pois a ferrovia, e somente ela, poderá reverter o quadro desfavorável à cidade.

Sendo assim, o BPT assume seu significado quando observado como elemento fundamental de sustentação desse arranjo. É o dote com que os taubateanos conseguem seduzir os capitais cariocas e levá-los a investir em uma região claramente decadente. O banco só encontra sentido enquanto é possível acreditar na concretização do sonho da ferrovia. Mantendo-se a possibilidade de que cumpra com sua finalidade e torne real a ferrovia Taubaté-Ubatuba, sua existência é garantida enquanto permanecer a disposição das elites taubateanas em bancar seu projeto. Logo, temos que a escolha pela criação de um banco para garantir o financiamento do projeto deve-se não só as dificuldades de liquidez que continuamente se colocavam para a realização da ferrovia, como também pela possibilidade de lucros especulativos na bolsa. *"pelo lucro" ??*

Portanto, a transfiguração do capital em capital bancário, neste caso, representa mais do que a simples e óbvia procura por realização. Só se pode concluir assim se considerarmos os lucros projetados pelos empreendedores com a conclusão da estrada de ferro e, ainda, se pudermos estimar o preço da sobrevivência política aos líderes valeparaibanos.

Uma outra conclusão, e que remete à segunda perspectiva sobre a qual baseou-se este trabalho, as razões do fracasso do BPT, refere-se à própria crença dos taubateanos contemporâneos de que a realização da ferrovia seria capaz de reconduzir a região à prosperidade. Antes de tudo parece haver aqui uma impropriedade, quando se diz que a não construção

da ferrovia manteve Taubaté na decadência. Mais acertado seria, ao nosso entender, dizer que a decadência taubateana impediu a efetivação do projeto da ferrovia. Como já dissemos, a redução da produtividade do café no Vale do Paraíba foi a causa do declínio da economia regional, pois naquele estágio do desenvolvimento das forças produtivas, a riqueza do café era a pedra fundamental sobre a qual todas as atividades do complexo cafeeiro repousavam. A decadência do café, portanto, significava a decadência de todo o complexo cafeeiro local. A impossibilidade de haver continuidade nas demais atividades, independentemente aos destinos do café, é o fenômeno que se faz presente no caso da ferrovia até Ubatuba. Não havendo disponibilidade de capitais na região, o que era consequência imediata da rentabilidade da atividade cafeeira, os taubateanos vão buscar capitais em outra localidade, assumindo ainda os riscos do financiamento do projeto. Uma vez naufragada a tentativa, a região não consegue reunir capitais para dar conta do empreendimento. Além disso, as condições nada promissoras da região, associadas à crise que ocupava o país, faz com que não se encontre quem seja capaz de arriscar seus capitais no projeto, apesar de já iniciado. Até mesmo o caminho dos favores políticos torna-se mais estreito e os pedidos de auxílio ao governo não encontram a resposta esperada. Nada mais ilustrativo que estes fatos para provarem essa nossa primeira impressão, que se choca com a percepção difundida e aceita na localidade de que o fracasso da construção da ferrovia conduziu a cidade à depressão.

Parece-nos bastante certo, portanto afirmar que o projeto da ferrovia padecia pois este era seu destino mais provável, dado o estágio da

economia de Taubaté e compreendida a verdadeira causalidade dos fenômenos que se sucederam naqueles anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

### *Documentos do Arquivo Histórico de Taubaté:*

Jornais:

Jornal do Povo,

1894: 20; 23 dez  
1895: 13 jan/ 1; 7; 26 abr/ 11; 18; 23; mai/ 9; 11; 15; 17; 20; 23;  
24; 27; 28; 29; ago/ 3; 15; 22; 26 set.

O Noticiarista,

1888: 2 set/ 21 out/ 15 nov.  
1889: 14; 28; fev/ 30 mar/ 28 jun/ 4 jul/ 1; 18; 25; 29 ago/ 1; 19;  
26; 29 set/ 17 out.  
1890: 16 fev/ 6 mar/ 13 abr/ 15 mai/ 12 jun.  
1891: 12; 15 fev/ 5 abr/ 7 mai/ 11; 21; 27 ago.  
1892: 31 jan/ 4; 7 fev/ 17 mar/ 10 abr/ 31 jul/ 21 ago.  
1893: 5 mar

Diário de Taubaté (Jornal de Taubaté),

1896: 4; 17 jun/ 10 jul/ 26 out.  
1898: 26 jan/ 10 jul.  
1899: 7 abr/ 7; 20 mai/ 28 jun/ 23 jul.  
1900: 16 fev/ 9 mai/ 13 jun.

O Imparcial,

1894: 23 fev/ 5; 6; 9; jun/ 8 ago/ 21; 26 out/ 20 dez.

Atas da Câmara Municipal de Taubaté, 03/11/1888; 31/12/1888;  
21/01/1889.

Almanaques da Cidade de Taubaté, vários anos

### ***Bibliografia:***

ABREU, MARIA M. - Taubaté: de núcleo irradiador de bandeirismo a centro industrial e núcleo universitário do Vale do Paraíba, S.P., 1985

ANDRADA, ANTONIO C. - R. Bancos de Emissão no Brasil, Livraria Leite Ribeiro, RJ 1923

- BERINGHS, EMÍLIO AMADEI - Conversando com a Saudade..., ed. Bisordi, SP 1967
- CALÓGERAS, PANDIÁ - A Política Monetária do Brasil, Cia Editora Nacional, S.P. 1960
- CANO,W. - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, Ed. Difel, S.P., 1977
- CARONE, E. - A Primeira República, S.P., 1969
- DOBB,M. -A Evolução do Capitalismo, 7ª edição, Guanabara, 1971
- FILHO, FÉLIX GUIARD - Taubaté, S.P. 1943
- FRANCO, GUSTAVO H. B. - A Década Republicana: o Brasil e a Economia Internacional, R.J. IPEA 1991
- FRANCO, M.S. - Homens Livres na Ordem Escravocrata, ed. Ática, S.P. 1974
- FURTADO, CELSO - Formação Econômica do Brasil, 25ª edição, Cia Editora Nacional, R.J. 1959
- GRANZIERA, RUI G. - A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil, HUCITAC/UNICAMP 1979
- HILFERDING, RUDOLF - O Capital financeiro, Nova Cultural, 1985
- LOVE, JOSEPH - A Locomotiva, ed. Paz e Terra, RJ 1982
- MARX, K. - O Capital, S.P. Nova Cultural 1988
- MELLO, JOÃO M. C. - O Capitalismo Tardio, ed. Brasiliense, S.P. 1987
- MILLIET, S. - Roteiro do Café, ed. HUCITEC, S.P. 1982
- NETTO, ANTONIO DELFIM - O Problema do Café no Brasil, Editora FGV 1979
- PACHECO, CLÁUDIO - História do Banco do Brasil, RJ 1980
- PELÁEZ, C.M. e SUZIGAN, W. - História Monetária do Brasil, IPEA RJ 1976
- PERISSINOTO, RENATO M. - Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha, Editora Unicamp 1994
- SAES, DÉCIO - A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891), ed. Paz e Terra, R.J. 1990

SAES, FLAVIO A. M. - Crédito e Bancos no desenvolvimento da Economia Paulista, IPE/USP, S.P. 1986

As Ferrovias de São Paulo 1870-1940, ed. HUCITEC, S.P. 1981

SILVA, SÉRGIO - Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, ed. Alfa Ômega S.P. 1976

SOUZA, CARLOS INGLEZ - A Anarquia Monetária e suas Consequências, ed. Monteiro Lobato, SP 1924

TANNURI, LUIZ A. - O Encilhamento, mestrado UNICAMP 1977

VIEIRA, DORIVAL T. - A Evolução do Sistema Monetário Brasileiro, IPE/USP 1962

## **ANEXOS**

## **ARROLAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DAS FONTES PRIMÁRIAS**

## ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

03/11/1888

“...Um ofício dos senhores dr.Francisco Ribeiro de Moura Escobar e Vitoriano Eugênio Marcondes Varela, concessionários da estrada de ferro que deve ligar esta cidade com o litoral na direção de São Luís e Redenção, convidando esta Câmara para fazer-se representar na festa da inauguração do começo dos trabalhos dos estudos definitivos na dita estrada, a fim de proceder a sua subsequente construção, que será proximamente em dia, hora e lugar, que será depois designado. Foi aceito o convite com agrado.(...) “

31/12/1888

“... Indicamos que esta Câmara agradeça ao Conselheiro Prado, Ministro da Agricultura, o patriótico cocurso prestado perante o Corpo Legislativo para concessão de garantia de juros para a fatura da estrada de ferro desta cidade a Ubatuba, e bem assim igual agradecimento ao Senador Joaquim Floriano de Godói por ter sido ele, quem assinou as emendas respectivas no Senado e concorreu com seu voto e concurso para realização de tão grande melhoramento para este município. Esperando esta Câmara que aqueles dignos paulistas não arrefecerão seu zelo pelos melhoramentos, que muito demanda este município.(...)”

21/01/1889

"... leu-se um officio do Exmo. Sr. Dr. Joaquim Floriano de Godói, Senador por esta Província, dizendo que foi com a mais viva satiafação que recebeu o officio desta Câmara agradecendo-lhe o serviço que prestou, conseguindo a garantia

de juro para a projetada estrada de ferro desta cidade à de Ubatuba, e que o faz por estar convencido, de que o Norte de São Paulo, que tem estado desprezado, precisava da proteção do Estado para prosperar e enriquecer; e por sua vez agradece esse honroso officio, assegurando que estará sempre pronto para tudo quanto for a benefício desta municipalidade."

## JORNAL "O NOTICIARISTA"

02/09/1888

### "BANCO POPULAR DE TAUBATÉ

São convidados os acionistas deste banco, que se filiará ao banco Popular de São Paulo, a virem realizar a primeira prestação de 10 por cento ou 5.000rs por ação até o dia 15 de setembro.

O encarregado,  
João Affonso Vieira"

"

21/10 1888

### "BANCO POPULAR DE TAUBATÉ

São convidados os acionistas do Banco Popular de Taubaté para em assembléia geral, que terá lugar no dia 1º de novembro do corrente ano, ao meio dia no prédio nº 161 à Rua Marquez do Herval, tratarem da instalação do Banco, eleição da Diretoria e Conselho Fiscal.

Os incorporadores,  
Crescencio José de Oliveira Costa  
Antonio Marcondes de Moura  
João Affonso Vieira"

15/11/1888

### "ESTATUTOS DO BANCO POPULAR DE TAUBATÉ

Em cumprimento do artigo 3º da lei de 4 de novembro de 1882 certifico o seguinte:

1º que os estatutos abaixo publicados são os da sociedade anônima Banco Popular de Taubaté, aprovados em sessão da Assembléia Geral de primeiro do corrente mês;

2º que foram eles arquivados no registro de hipotecas da comarca de Taubaté em data de doze do corrente mês;

3º que os nomes, profissão e moradas dos administradores do Banco Popular de Taubaté são os adiante declarados:

Dr. Crescencio José de Oliveira e Costa, advogado, residente em Taubaté, Diretor Presidente.

Capitão João Affonso Vieira, negociante, residente em Taubaté, Diretor Gerente.

Antonio Marcondes de Moura, lavrador, residente em Taubaté, Diretor Secretário.

Taubaté, 13 de novembro de 1888

Antonio Marcondes de Moura

Diretor Secretário



## CAPÍTULO 1º

### Constituição, denominação e sede do Banco

#### Artigo 1º

Fica constituído de acordo com a lei nº3150 de 4 de novembro e regulamento nº8821 de 30 de dezembro de 1882, uma sociedade anônima sob a denominação de Banco Popular de Taubaté.

#### Artigo 2º

O Banco terá sua sede na cidade de Taubaté podendo ter correspondentes em qualquer lugar.

### Artigo 3º

O prazo social será de 30 anos, podendo este ser prorrogado por deliberação de Assembléia Geral. A dissolução do Banco dar-se há nos casos previstos por lei.

## CAPÍTULO 2º

### Capital social, ações e acionistas

### Artigo 4º

O capital do banco será de trezentos contos de réis divididos em três mil ações já emitidas e outras três mil que a Diretoria poderá emitir quando julgar conveniente, sendo cada uma delas do valor de cinquenta mil réis.

Parágrafo único - As chamadas serão na razão de 10% sobre o valor nominal das ações segunda as necessidades do Banco e juízo da Diretoria. Os intervalos entre uma e outra chamada não poderão ser menores de 30 dias, precedendo sempre anúncios de 15 dias.

### Artigo 5º

Os acionistas são responsáveis pelo valor das suas ações subscritas, e os que não realizarem o pagamento de qualquer chamada no prazo marcado, perderão as entradas realizadas, devendo a Diretoria emitir novos títulos em substituição.

As importâncias caídas em comisso recairão para o fundo de reserva.

### Artigo 6º

As ações são indivisíveis, não reconhecendo a sociedade acionistas de menos de uma ação.

### Artigo 7º

Para a transferência das ações haverá no eescritório da Companhia um livro para esse fim assinado pelo cedente e cessionário, ou por seus legítimos procuradores.

Além do livro de transferência terá o Banco um livro de registro dos acionistas.

### **CAPÍTULO 3º**

#### **Das Operações do Banco**

##### **Artigo 8º**

O Banco fará as seguintes operações:

- A) Empréstimo de dinheiro a prazos, mediante penhor de produtos agrícolas, jóias, metais preciosos e moedas ou não, de títulos de renda, como apólices, ações, obrigações, preferenciais (debentures), letras hipotecárias, de títulos particulares que representem legítimas transações comerciais, e de quaisquer mercadorias.
- B) emprestar mais sob hipoteca de propriedades rurais ou urbanas, títulos do estado ou de companhias, fiança e endosso de lavradores sendo estes empréstimos feitos de preferência aos acionistas; aceitar transferência de hipoteca ou penhor agrícola.
- C) Descontar letras de câmbio e da terra, títulos comerciais a ordem e com prazo fixo, não excedente de seis meses, desde que tais títulos ofereçam sólida garantia.
- D) Receber em conta corrente as somas que lhe forem entregues, ainda que pequenas.
- E) tomar dinheiro a prêmio passando letras com os prazos e condições previamente estabelecidas pela administração.
- F) Caucionar títulos e valores, bem como redescontar títulos de sua carteira com ou sem endosso do Banco.
- G) Fazer movimentos de fundos, por conta própria ou de terceiros para diferentes praças do Império, e somente por conta de

terceiros, mediante comissão, para as praças estrangeiras por meio de operações de cambio ou remessas monetárias.

- H) Descontar saques sob gêneros remetidos para a praça do Rio ou outras, mediante garantia dos respectivos conhecimentos ou guias, empregar e administrar capitais dos lavradores mediante módica comissão, como receber depósitos, ainda mínimos, a prazo fixo ou em conta corrente, em cadernetas nominativas ou ao portador.
- I) Incumbir-se de encomendas e importação de maquinismo e utensílios como de mandar vir por comissão colonos de diversos países para qualquer serviço.
- J) Encarregar-se de comissões, liquidações e Agências.
- K) operar sobre o crédito dos valores garantidos ao Banco.

#### Artigo 9º

O Banco não pode emprestar sobre penhor de suas ações, nem descontar letras e "papéis" provenientes de dinheiro que receber a prêmio, podendo, contudo, recebê-las em pagamento.

#### Artigo 10º

Nos empréstimos pignoratícios, além do penhor recebido, aceitará o mutuário letras a favor do Banco, até o prazo de seis meses, e autorizará por escrito do Banco para alienar ou negociar o penhor pelo modo mais conveniente, caso a dívida não seja paga no vencimento. Constando o penhor em mercadorias, serão estas previamente seguras e avaliadas por um ou mais peritos indicados pela administração.

#### Artigo 11º

Os objetos dados em penhor sofrerão um abatimento, de modo que fique o Banco garantido de prejuízos provenientes da baixa desse valor no mercado.

## **CAPÍTULO 4º**

### **Da administração do Banco**

#### **Artigo 12º**

O Banco será administrado por uma Diretoria composta de 3 membros eleitos pela Assembléia Geral de acionistas, dentre os quais serão tirados o Diretor Presidente, Diretor Secretário e Diretor Gerente, os quais em seus impedimentos temporários se substituirão reciprocamente.

#### **Artigo 13º**

A eleição dos Diretores será feita por escrutínio secreto ou por aclamação, conforme deliberar a Assembléia Geral.

#### **Artigo 14º**

Qualquer acionista poderá ser eleito diretor, mas não poderá entrar em exercício, sem possuir cinquenta ações, pelo menos, do Banco, e estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

#### **Artigo 15º**

As ações a que refere-se o artigo antecedente consideram-se inalienáveis, durante o tempo da gestão no cargo de Diretor, até serem aprovadas as contas do último semestre do exercício do mesmo.

Para garantia da inalienabilidade das ações, far-se-hão as averbações necessárias no livro competente.

#### **Artigo 16º**

Não poderam exercer conjuntamente o cargo de diretor pai e filho, sogro e genro, cunhados durante o cunhadio, os parentes até o 2º grau, os sócios da mesma firma comercial e todos aqueles impedidos legalmente de negociarem.

#### Artigo 17º

Não pode ser eleito Diretor todo aquele que exercer emprego de confiança do Banco ou que tenha qualquer contrato direta ou indiretamente com o mesmo.

A superveniência de qualquer destes fatos, importa a renúncia do lugar de Diretor.

#### Artigo 18º

O mandato da diretoria durará 4 anos, podendo, no fim desse prazo ser reeleita no todo ou em parte.

#### Artigo 19º

Na vaga do lugar de Diretor, os restantes em exercício designarão um acionista que possua o número de ações do artigo 14 para preencher a vaga provisoriamente, competindo à Assembléia Geral a nomeação definitiva na primeira reunião que se seguir.

Parágrafo único - O substituto definitivamente nomeado, servirá pelo tempo que restar para completar o [razo do Diretor substituído.

#### Artigo 20º

Nenhum membro da Diretoria poderá deixar de exercer as funções de seu cargo, por mais de três meses, e dado este caso, entender-se-há que o tem renunciado.

#### Artigo 21º

O cargo de Diretor é estipendiado.

O estipêndio é devido pro-labore.

Parágrafo único - Assembléia Geral em sua primeira reunião compete marcar os honorários da Diretoria.

### Artigo 22º

A Diretoria delibera validamente em sessão, concorrendo a maioria dos Diretores.

Parágrafo único - Para expedição dos negócios concernentes, os Diretores fazem semana.

Em cada semana funcionará sempre o Diretor Gerente e um dos Diretores.

### Artigo 23º

Compete à Diretoria:

- 1) Executar e fazer executar os estatutos
- 2) Nomear e demitir os empregados necessários, fixar-lhes os vencimentos e as fianças que devem prestar.
- 3) Representar o Banco em juízo ou fora dele, podendo transigir e para isso constituir advogado ou procuradores.
- 4) Determinar a taxa de descontos, a dos empréstimos e o prêmio do dinheiro que receber em conta corrente ou em letras.
- 5) Estabelecer as condições do recebimento, permanência e retirada dos depósitos.
- 6) Determinar o máximo do crédito das firmas com que poderá negociar o Banco.
- 7) Fixar o máximo da importância dos empréstimos.
- 8) Organizar o regulamento interno, de acordo com os estatutos, devendo apresentá-lo a aprovação na primeira Assembléia Geral e executando-o desde logo.
- 9) Organizar o regulamento para os empréstimos sobre penhores de ouro, jóias e pedras preciosas, promovendo a aprovação do mesmo regulamento dos poderes competentes.
- 10) Propor à Assembléia Geral as alterações que julgar necessárias no presente estatuto.

11) Organizar e apresentar à Assembléia Geral anualmente o balanço de todas as operações do Banco.

12) Convocar a Assembléia Geral ordinária e extraordinária quando necessário.

#### Artigo 24º

Ao Diretor Presidente compete:

1) Presidir as sessões da Diretoria, ser órgão dela, executar e fazer executar os presentes estatutos, o regulamento interno, as deliberações da Diretoria e da Assembléia Geral.

2) Convocar a Diretoria a convite do Diretor Gerente

3) Assinar os balancetes ou balanços que se tenham de publicar.

4) apresentar à Assembléia Geral em nome da Diretoria, o relatório anual das operações e estado do Banco.

#### Artigo 25º

Ao Diretor Secretário compete:

Substituir ao Diretor Presidente em todas as suas atribuições.

#### Artigo 26º

Ao Diretor Gerente compete:

Permanecer durante o tempo do expediente do Banco, no escritório do mesmo, a fim de dirigir e providenciar sobre o andamento das operações do Banco, sempre de acordo com as deliberações da Diretoria.

### **CAPÍTULO 5º**

#### **Comissão Fiscal**

#### Artigo 27º

A comissão fiscal compõe-se de 3 membros efetivos e 3 suplentes.

Parágrafo único - o mandato dos fiscais é gratuito e durará um ano, mas poderá ser renovado.

#### Artigo 28º

A comissão fiscal poderá, quando entender conveniente, exigir da administração do Banco os livros de escrituração geral do mesmo, caixa, depósito, etc., a qual lhe franqueará os referidos livros, e bem assim dar-lhe-á todas as informações necessárias ao bom desempenho do mandato.

#### Artigo 29º

Adiretoria poderá ouvir a comissão fiscal sobre qualquer objeto quando entender conveniente, principalmente em emergências extraordinárias.

#### Artigo 30º

Além das atribuições definidas nestes estatutos, compete à comissão fiscal, a observância do disposto nos artigos 55, 57 e 61 do decreto nº 8821.

### **CAPÍTULO 6º**

#### Da Assembléia Geral

#### Artigo 31º

A Assembléia Geral é a reunião dos acionistas, inscritos nos registros do Banco, com a antecedência mínima de 30 dias, regularmente convocada e em número tal que representem um quarto do capital social nos casos ordinários, dois terços nos extraordinários, guardando o disposto nos artigos 64 e 65 do decreto 8821.

#### Artigo 32º

A convocação será feita por anúncios nos jornais de maior circulação, se nem na primeira nem na segunda reunião, comparecer número de acionistas suficiente para a instalação da Assembléia convocar-se á terceira, com a declaração de que a Assembléia deliberará com qualquer que seja a soma do capital representado pelos presentes.

#### Artigo 33º

A Assembléia Geral reúne-se uma vez por ano, no mês de Fevereiro, e extraordinariamente sempre que for convocada.

Parágrafo primeiro - A convocação será motivada, indicando-se nos anúncios a ordem do dia, ou objeto da reunião.

Parágrafo segundo - A reunião ordinária tem por fim: a discussão e deliberação sobre as contas da administração e parecer do conselho fiscal, a eleição dos fiscais, o conhecimento e decisão de outros assuntos que interessarem ao Banco.

Parágrafo terceiro - Na reunião extraordinária não se pode deliberar sobre assunto alheio ao objeto da convocação.

#### Artigo 34º

A Assembléia é instalada pelo Presidente do Banco, que convidará 2 acionistas para escrutadores e verificando haver número legal para ela funcionar convidará os acionistas para elegerem ou aclamarem quem presida os trabalhos. O Presidente da Assembléia, assim nomeado, indicará 2 acionistas com aprovação da Assembléia para secretários.

#### Artigo 35º

As votações são feitas em geral per capita, e sempre por maioria relativa.

Parágrafo primeiro - O Presidente da Assembléia Geral, além do seu voto ordinário terá o voto de qualidade.

Parágrafo segundo - Basta o requerimento de um acionista para que a votação tenha lugar por ações.

Parágrafo terceiro - A eleição é feita por ações e por escrutínio.

Parágrafo quarto - Cada acionista tem um voto por cinco ações e assim progressivamente até o máximo de 20 votos.

Parágrafo quinto - O acionista que tiver menos de 5 ações, poderá comparecer e discutir, mas não terá voto deliberativo.

#### Artigo 36º

O acionista pode fazer-se representar na Assembléia Geral, para todos os efeitos, por procurador com poderes especiais.

Parágrafo primeiro - Não podem ser procuradores os administradores e fiscais.

Parágrafo segundo - O procurador tem tantos votos quantos forem os seus próprios e os do mandante, desde que não exceda de vinte.

Parágrafo terceiro - O procurador pode representar qualquer número de acionistas.

Parágrafo quarto - As procurações devem ser apresentadas à Diretoria até o dia da reunião. De sua recusa cabe recurso para a Assembléia.

#### Artigo 37º

Compete à Assembléia Geral:

Exercer as atribuições definidas destes estatutos, fixar e alterar os vencimentos dos Diretores, deliberar sobre a reforma dos estatutos, prorrogação de prazo, dissolução, liquidação e em geral sobre todos os negócios do Banco, observada a única restrição legal do final do artigo 63 do decreto 8821.

### CAPÍTULO 7º

Dos Lucros do Banco, Dividendos e Fundo de Reserva

#### Artigo 38º

Só se poderá fazer dividendo dos lucros líquidos das operações do Banco efetivamente conhecidos durante o semestre.

#### Artigo 39º

Em todos os semestres, do produto líquido da receita do Banco, se deduzirá 10% para o fundo de reserva, fazendo-se do restante dividendo aos acionistas, o qual, porém, não deverá passar de 12% ao ano, conservando-se o excedente em conta de lucros suspensos, enquanto sua importância, com o fundo de reserva não atingir a quinta parte do capital realizado.

Dado isto, se poderá fazer a distribuição de todos os lucros, se assim o entender a Diretoria.

#### Artigo 40º

Não serão distribuídos dividendos enquanto o capital desfalcado em razão de prejuízos, não for de todo restabelecido, se para tanto não bastar o fundo de reserva.

#### Artigo 41º

O ano bancário será contado pelo ano civil. As operações do corrente ano, contar-se-ão como sendo de um semestre, e o primeiro dividendo, se o houver, será pago em julho de 1889.

### **CAPÍTULO 8º**

#### Disposições Gerais

#### Artigo 42º

O Banco fica sujeito as disposições da lei nº3150 de 4 de novembro de 1882 e os do decreto 8821 de dezembro do mesmo ano, e nos casos omissos regular-se-á por essa lei e decreto.

#### Artigo 43º

O Banco poderá ter edifício próprio para seu estabelecimento.

#### Artigo 44°

Os membros da Diretoria do Banco, como todos os seus empregados, são responsáveis pelos abusos que cometerem no exercício de suas funções.

#### Artigo 45°

Todo o acionista que se ausentar pode depositar suas ações no Banco para o fim de lhes serem remetidos os dividendos para onde determinar.

#### Artigo 46°

Enquanto não forem emitidos os títulos definitivos das ações, receberão os acionistas cautelas provisórias.

Os abaixo assinados declaram conformar-se com todas as disposições destes estatutos, que leram aceitam aprovam e assinam.”

06/12/1888

### BANCO POPULAR DE TAUBATÉ

R. Marquez do Herval nº161

Capital com que foi fundado	300:000\$000
Capital subscrito	150:000\$000
Capital realizado	15:000\$000

O Banco começará suas operações no dia 20 do próximo mês de Janeiro. Recebe dinheiro em conta corrente de movimento de 10% para cima e a prazos fixos por letras ou contas.

Desconta letras do Tesouro, dos Bancos e da praça. Faz adiantamentos sobre penhor de apólices da dívida pública, ações do Banco e companhias e títulos comerciais.

Compra e vende apólices gerais, provinciais, títulos de dívida pública e municipais.

Compra e vende por conta de terceiros, mediante comissão, metais preciosos, títulos da dívida pública e particulares, ações do Banco e Companhias, sobre os respectivos dividendos.

Taxa para o dinheiro recebido:

Em conta corrente de movimento de 10\$000 para cima	4%
A prazo por letras a 3 meses	5%
A prazo por letras a 6 meses	6%
A prazo por letras a 9 meses	7%
A prazo por letras a 12 meses	8%

Acha-se aberto o escritório todos os dias úteis das 9 às 3 horas.”

14/02/1889

É publicado o primeiro balancete do BPT, apresentando as operações de instalação do banco e movimento dos primeiros dias de funcionamento. O total dos ativos alcança a soma de 422:004\$158 réis.

28/02/1889

Os acionistas são convocados a realizar a segunda prestação de 5\$000 réis, até o dia 20 de março.

30/03/1889

É publicado o segundo balancete do BPT, onde se percebe um volume grande de transações realizadas no período. Os ativos são da ordem de 606:431\$740 réis.

28/06/1889

É publicado o balancete mostrando a posição das contas em 31/05/1889. Os ativos somam 754:826\$747 réis.

04/07/1889

As transferências de ações ficam suspensas até o início do pagamento dos dividendos correspondentes ao primeiro semestre.

1º/08/1889

Maximiano José Rodrigues, Alfredo Meyer e representantes da Arthur Torres & Comp., do Rio de Janeiro, anunciam nos a intenção de adquirir ações do BPT, em qualquer quantidade.

18/08/1889

São convocados os acionistas para a realização da terceira prestação de capital, no valor de 5\$000 por ação, até o dia 31 de agosto.

Em outro edital, na mesma página, os acionistas são convidados a receber o 1º dividendo de suas ações, relativo ao semestre findo em 30 de junho, a razão de 8% sobre o valor realizado por ação.

25/08/1889

Os acionistas são convidados a se reunirem em assembléia geral extraordinária, no dia 15 de setembro, a fim de deliberarem sobre o aumento do capital e reforma do artigo 4º dos estatutos.

29/08/1889

Em editorial o jornal apresenta apreensão quanto ao progresso da lavoura na região norte de São Paulo e deixa claro que a esperança maior parece repousar na construção da estrada de ferro de Taubaté a Ubatuba: "...com o estabelecimento da nova estrada de ferro de Ubatuba a Taubaté, a qual proximamente será uma realidade, os fretes se reduzirão para a colocação do gênero nos mercados e o norte de São Paulo terá sua fama de bom, e restabelecida a riqueza agrícola, crescerá."

1º/09/1889

É publicado o balancete mostrando a posição em 28 de junho, onde se nota que os ativos atingem a quantia de 910:616\$384 réis, evidenciando, além disso, um crescimento expressivo nas movimentações do banco.

19/09/1889

É feita uma nova convocação para a assembléia geral extraordinária, a se realizar desta vez no dia 22 de setembro, dado não haverem comparecido no dia 15/09 acionistas representando dois terços do capital.

26/09/1889

São convocados os acionistas para realizarem a quarta pretação de capital à razão de 10% ou 5\$000 por ação, até o dia 15 de outubro.

Em outro edital é feita nova convocação para a assembléia geral extraordinária, uma vez que não estiveram presentes acionistas em número suficiente no dia 22. A reunião fica marcada para o dia 13 de outubro.

29/09/1889

Em editorial, expressa-se a euforia com a construção da estrada de ferro, apontando para a breve formação de uma hospedaria para imigrantes, obras de abastecimento de águas para a cidade e afluência de cerca de nove mil trabalhadores para Taubaté(!).

17/10 1889

Comunica-se que em assembléia geral foi decidida a elevação do capital do banco a mil contos de réis, sendo emitidas mais duas mil ações, que por sua vez tiveram procura imediata por parte de capitalistas e comerciantes da côrte.

16/02/1890

As transferências de ações são suspensas até a realização da assembléia geral ordinária, a ser realizada no dia 27 de fevereiro.  
”

06/03/1890

A assembléia geral é adiada para o dia 02 de abril, uma vez que não se fizeram presentes em número suficiente os acionistas, na data marcada em princípio.

13/04/1890

Ficam colocados à disposição dos acionistas uma cópia do balanço do banco, da relação nominal dos acionistas com o respectivo número de ações e estado de pagamento das mesmas, além da lista de transferências realizadas no ano de 1890. A assembléia geral dos acionistas é adiada para o dia 27 de abril, visto que a segunda convocação não obteve êxito.

15/05/1890

É publicado o relatório da diretoria do BPT, avaliando os momentos da instalação e constituição do banco, suas operações, a receita e despesa, a correspondência, o estado econômico, movimento de ações, escrituração, parecer do conselho fiscal, situação dos dividendos e a ata da assembléia geral ordinária. Nesta mesma reunião fica estabelecido o montante dos vencimentos da diretoria do banco, a saber, 3 contos ao diretor secretário e 3 contos e seissentos mil réis aos outros dois diretores.

12/06/1890

Os acionistas são convocados para reunião extraordinária a se realizar no dia 15 de julho, a fim de tratar da reforma dos artigos segundo e quarto dos estatutos e elevação do capital social.

12/02/1891

É publicado balancete mostrando a posição das contas em 27 de janeiro, onde verificamos que os ativos somam 1:713:721\$145 réis.

15/02/1891

É feita convocatória para realização de assembléia geral ordinária no dia 1º de março, para conhecimento de relatórios da diretoria e do conselho fiscal.

05/04/1891

Pela primeira vez aparece em um editorial preocupações sérias quanto à efetiva realização das obras da estrada de ferro. Mesmo após vários anúncios do início das obras e festejos diversos, nada se verificou quanto ao avanço do projeto.

07/05/1891

Tem-se notícia do início das obras da estrada de ferro, cujo término deverá se dar dentro de dois anos.

11/08/1891

Os acionistas são convocados para receber o 5º dividendo de suas ações, relativo ao semestre findo em 30 de junho, a razão de 12% sobre o valor realizado por ação.

21/08/1891

É publicado o balancete referente a 30 de junho e o demonstrativo de lucros e perdas. Os ativos somam 2.043:759\$195 réis.

27/08/1891

Na ata de instalação do Banco Norte de São Paulo pode-se ler: “pelo acionista Dr. Crescencio José de Oliveira e Costa foi feita a seguinte indicação: Proponho que seja dada faculdade à diretoria escolhida a fim de promover a fusão do BPT com o recém criado, para ficar verificado não pretender este concorrer com ele, mas completar as aspirações e fins a que se destinam estabelecimentos da ordem de ambos os bancos, uma vez que este amplia as operações e seus prazos, mais que aquele; foi ela aprovada como também outra por ele

apresentada para desde logo ser pela diretoria, instalada e criada em Guaratinguetá uma sucursal deste banco.”

31/01/1892

O pagamento do 6º dividendo aos acionistas, na razão de 1.200 réis por ação ou 12% ao ano do capital realizado.

04/02/1892

Em notícia sobre imigrantes é anunciada a intenção do BPT de construir cerca de uma centena de casa a serem alugadas aos colonos, atendendo a uma necessidade já antiga da cidade.

07/02/1892

Os acionistas são convidados para se reunirem em assembléia geral extraordinária no dia 21 de fevereiro, a fim de tratar da reforma dos estatutos e demais assuntos de interesse do banco.

17/03/1892

A assembléia geral de 21/02 decidiu pelo aumento do capital do banco, de modo que foram colocadas à disposiçãodos acionistas a subscrição de duas mil ações. Cada grupo de duas ações dá direito a subscrever uma nova emissão. No ato da subscrição seria feita uma entrada de 25\$000 de cada ação subscrita, sendo 20\$000 entrada de 10% de capital e 5\$000 para o fundo de reserva.O capital foi aumentado a 1:000:000\$000 réis.

10/04/1892

São colocadas à disposição do público as ações emitidas em função do aumento do capital do BPT e ainda não subscritas pelos acionistas.

31/07/1892

Anuncia-se o pagamento do 7º dividendo, na razão de 12% sobre o capital realizado, sendo 1\$200 réis em cada ação primitiva e 600 réis nas da nova emissão.

21/08/1892

A Companhia Estrada de Ferro do Norte de São Paulo toma empréstimos no valor de 5.000:000\$000, pagando juros de 7% ao ano, para dar continuidade às obras de construção da estrada de ferro entre Taubaté e Ubatuba. No BPT são colocadas para subscrição debêntures referentes ao empréstimo. Note-se que o custo total da obra havia sido calculado em 5.130 contos (!).

05/03/1893

Anuncia-se o pagamento dos dividendos correspondentes ao 2º semestre de 1892, na razão de 12% ao ano sobre o capital realizado.

## JORNAL "O IMPARCIAL"

23/02/1894

O BPT publica documento comentando os resultados da assembléia geral realizada no dia 20 do mesmo mês, na tentativa de tranquilizar a população de um modo geral. No documento pode-se ler: "Não tem razão nenhuma os que tanto se apavoram com o estado financeiro daquele estabelecimento de crédito (...) sendo que a causa de sua crise é devida `a demora do recebimento de certos efeitos, principalmente os provenientes de um empréstimo feito à estrada de ferro de Ubatuba, da Cia. Norte de S. Paulo, e também em consequência da crise ocasionada pela mal fadada revolta que perturba a paz de nossa sociedade há cerca de meio ano."

Em outro artigo, o jornal conta o desenrolar de uma greve ocorrida nas obras da estrada de ferro, em virtude do não pagamento dos salários dos trabalhadores, em grande parte italianos.

05/06/1894

O editorial mostra confiança com a retomada dos trabalhos de construção da ferrovia até Ubatuba.

06/06/1894

O editorial aponta motivos políticos para a crise em Taubaté: "(...) motivos políticos fizeram com que o seu movimento comercial, sua lavoura e sua indústria ficassem paralisados(...) um certo descrédito que por algum tempo abalou profundamente um dos seus mais acreditados estabelecimentos bancários, paralisando o giro do dinheiro."

09/06/1894

Tem-se a notícia de que foi declarado caduco o privilégio e garantia de juros para a construção da estrada de ferro de Taubaté a Ubatuba.

08/08/1894

A Cia E.F. Norte S.P. pede ao governo a revogação do decreto que declarou caduca sua concessão, mas não obtém resposta positiva.

21/10/1894

É noticiada a liquidação forçada da companhia construtora da citada ferrovia, a pedido do próprio BPT. Na opinião do jornal não poderia haver melhor notícia, pois assim o banco teria como reaver a quantia adiantada à companhia, dando impulso à lavoura e ao comércio local.

26/10/1894

Novamente é expressa a satisfação com a liquidação forçada da Cia E.F. Norte S.P, por haver então a expectativa de recuperação do banco

20/12/1894

Em longa publicação, o cidadão José Victoriano de Oliveira Moura adverte para uma série de irregularidades que estariam sendo cometidas pela diretoria do banco e cobra providências, além de colocar em dúvida os motivos que estariam trazendo de volta a esperança de retomada das obras da ferrovia até Ubatuba.

## JORNAL DO POVO

20/12/1894

O cidadão José Victoriano de Oliveira Moura publica informe dizendo ter ido à sede do banco, onde foi recebido por três diretores que lhe comunicaram não haver dinheiro para efetuar-se o pagamento de letras que estavam em sua posse.

23/12/1894

Apesar da viagem de diretores do BPT ao Rio de Janeiro, o banco não consegue tornar-se síndico da falência da Companhia Estrada de Ferro Norte São Paulo. Em informe na mesma página, vários acionistas pedem que a diretoria do banco publique o balanço último e convoque uma assembléia geral.

13/01/1895

Anonimamente, um anunciante oferece um cheque do BPT no valor de 555\$160 pelo preço de 200\$000 (!).

1º/04/1895

O BPT anuncia a regularização de suas operações dentro de uma semana, em função de haver recebido auxílio de 500 contos pela venda do privilégio de construção da ferrovia.

07/04/1895

O BPT junto ao Banco de Crédito Móvel do Rio de Janeiro aguardam resposta a pedido feito ao governo sobre concessão para construção de ferrovia entre Taubaté e Ubatuba.

26/04/1895

O governo não responde de forma positiva ao pedido feito pelo BPT e seu associado na Capital, citado acima. O artigo condena duramente a

postura do Cel. João Affonso Vieira, líder político e presidente do banco, que havia anunciado reiteradamente a entrada de recursos no banco, o que jamais foi comprovado.

11/05/1895

Dando início a uma série de artigos o jornal conta os resultados da visita do Cel. João Affonso à Capital, bem como as ligações do BPT com a Cia E.F.Norte S.P.

18/05/1895

Seguem os artigos, com ataques duríssimos à pessoa do Cel. João Affonso, mostrando a negativa do pedido de empréstimo feito pela Cia da estrada de ferro ao Banco da República e suas consequências para o BPT.

23/05/1895

Continuam os ataques ao Cel. João Affonso : “Sua Senhoria tem provado que não presta para chefe, assim como não presta para banqueiro, tendo por sua inepta direção sacrificado as economias dos credores do BPT(...).”

09/08/1895

Nova reportagem sobre o tema, desta vez aponta para o valor aproximado de 700 contos o total da dívida da Cia E.F.Norte S.P. com o BPT.

11/08/1895

As esperanças de ver acabada a ferrovia até Ubatuba se reduzem ainda mais com o projeto de estrada semelhante, partindo do porto de S. Sebastião até o sul de Minas Gerais, paralelo ao projeto que passa por Taubaté.

15/08/1895

Continua a discussão sobre a construção de uma ferrovia ligando o litoral norte ao sul de Minas e o seu trajeto.

17/08/1895

Retoma o tema da viagem do Cel. João Affonso e crise que se apoderou não só do BPT mas de toda a cidade.

20/08/1895

Fala da desesperança com o futura do BPT.

23/08/1895

Apresenta com bastante pessimismo o relativo sucesso do projeto da ferrovia partindo de S.Sebastião e não de Ubatuba.

24/08/1895

Continua defendendo a inevitabilidade da construção da ferrovia a partir de Taubaté ao litoral para evitar a decadência de toda a região.

27/08/1895

É anunciado o leilão das obras executadas pela Cia E.F.Norte S.P., na praça do Rio de Janeiro, no dia 14 de setembro.

28/08/1895

Apresenta com todo o pessimismo a situação da economia da cidade "Taubaté caminha...para traz"

29/08/1895

É feita duar crítica aos chefes políticos da cidade que não conseguem mudar o rumo dado à falência da Cia E.F.Norte S.P.

03/09/1895

Torna a defender a realização das obras da ferrovia por conta daquele que adquirir as obras parciais em leilão.

15/09/1895

Publica-se uma carta assinada por um cidadão italiano, Philippe Girri, na qual é feita com toda clareza a denúncia de que o Cel. João Affonso estaria envolvido com a produção de notas falsas, tendo sido o italiano contratado para o serviço técnico dessa empreitada.

22/09/1895

Continua tratando do assunto das notas falsas, acrescentando novos personagens. De passagem, o artigo diz: “tendo-se dado a quebra do BPT no dia 17 de agosto de 1893(...)”.

26/09/1895

Cobra-se atitude mais enérgica das autoridades policiais do Estado em relação às acusações feitas ao Cel. João Affonso.

## JORNAL “DIÁRIO DE TAUBATÉ”

04/06/1896

É discutida a possibilidade de a ferrovia a ser construída partir de S.Sebastião e ainda assim passar por Taubaté(!)

17/06/1896

Trata da discussão sobre a construção da ferrovia até o litoral

10/07/1896

Continua tratando do mesmo tema.

26/10/1897

Comemora-se a decisão de fazer passar a ferrovia por Taubaté, ainda que saindo de outro porto. Fala-se, de passagem, na luta travada pelo Cel. João Affonso em defesa da cidade, acabando por ficar pobre e com a saúde abalada.

26/01/1898

Reclama-se da morosidade com que é tratado o assunto da ferrovia na esfera pública.

10/07/1898

É anunciada a morte do Cel.João Affonso Vieira.

## JORNAL DE TAUBATÉ ( ANTIGO DIÁRIO DE TAUBATÉ )

07/04/1899

Os acionistas são convidados para se reunirem em assembléia geral extraordinária para tratar da liquidação do BPT.

07/05/1899

Visto não terem comparecido os acionistas em número suficiente, é feita uma segunda convocação.

20/05/1899

É feita a terceira e última convocação para a assembléia geral extraordinária.

28/06/1899

Anuncia-se a decisão de liquidação amigável do BPT e convocam-se os acionistas para em nova reunião tomarem conhecimento de uma proposta de liquidação.

23/07/1899

Os acionistas em reunião reclamaram o exame dos livros do banco e formaram uma comissão para tratar disso.

16/02/1900

São convidados os acionistas a se reunirem e tomarem conhecimento do relatório da comissão liquidante.

09/05/1900

Os acionistas são convidados para tomarem conhecimento dos atos dos liquidantes e deliberarem sobre diversos assuntos, em reunião.

13/06/1900

É feita a terceira convocação para que os acionistas se reúnam para tomar conhecimento dos atos dos liquidantes e dar autorização para que sejam alienados bens do BPT.

### **PROCESSOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE TAUBATÉ**

1893

A Cia,E.F.Norte S.P cobra indenização do fazendeiro Cap. Antonio Claudiano de Abreu, por este haver feito interromper os trabalhos de construção da citada ferrovia Taubaté-Ubatuba no trecho que corta suas terras, no período de 10/07/1892 a 23/10/1893.

## **BALANCETES**

	<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>
Entradas a realizar	<b>135:000\$000</b>	Ações emitidas	<b>150:000\$000</b>
Ações a emitir	<b>150:000\$000</b>	Ações a emitir	<b>150:000\$000</b>
Dinheiro no cofre	<b>5:725\$000</b>	Ações em caução(caução da diretoria)	<b>7:500\$000</b>
Dinheiro na praça do RJ	<b>0</b>	Letras a pagar(de 3, 6 e 12 meses)	<b>40:229\$500</b>
Dinheiro na praça de SP	<b>39:455\$025</b>	Contas correntes garantidas(saldo)	<b>22:119\$608</b>
Caução da diretoria(depósitos)	<b>7:500\$000</b>	Contas correntes nominativas(saldo)	<b>10:164\$550</b>
Impostos, estatutos,publicações, selos	<b>849\$810</b>	Contas correntes limitadas(saldo)	<b>390\$500</b>
Móveis e utensílios	<b>486\$540</b>	Garantias de empréstimos	<b>41:600\$000</b>
Casa do Banco/benfeitorias no prédio	<b>311\$120</b>		
Despesas gerais	<b>175\$000</b>		
Penhor de frutos de café	<b>27:600\$000</b>		
Penhor de mercadorias e títulos	<b>10:000\$000</b>		
Títulos de garantias	<b>8:000\$000</b>		
Cartas de crédito	<b>5:000\$000</b>		
Letras a receber(em carteira)	<b>27:883\$988</b>		
Títulos descontados	<b>1:880\$530</b>		
Prêmios e descontos	<b>1:157\$830</b>		
Estampilhas e selos	<b>100\$720</b>		
Comissões	<b>3\$125</b>		
Material de escritório	<b>874\$830</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>422:004\$158</b>	<b>TOTAL</b>	<b>422:004\$158</b>

**BALANCETE EM 31/01/1889**

<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>	
Acionistas	<b>122:030\$000</b>	Capital	<b>300:000\$000</b>
Ações a emitir	<b>150:000\$000</b>	Ações em caução	<b>7:500\$000</b>
Caução da diretoria	<b>7:500\$000</b>	Contas correntes garantidas	<b>61:255\$440</b>
Instalações	<b>868\$610</b>	Garantias	<b>115:353\$300</b>
Móveis e utensílios	<b>486\$540</b>	Letras a pagar	<b>72:805\$000</b>
Casa do Banco	<b>311\$120</b>	Comissões	<b>112\$580</b>
Material de escritório	<b>1:227\$170</b>	Contas Correntes limitadas	<b>660\$500</b>
Gastos gerais	<b>549\$540</b>	Efeitos comissionados	<b>400\$000</b>
Penhores agrícolas	<b>41:700\$000</b>	Contas correntes nominativas	<b>48:344\$920</b>
Letras a receber	<b>38:779\$580</b>		
Títulos caucionados	<b>64:410\$000</b>		
Penhor mercantil	<b>14:000\$000</b>		
Caução	<b>56:200\$000</b>		
Estampilhas e selos	<b>158\$840</b>		
Títulos desconyados	<b>23:690\$530</b>		
Correspondentes	<b>52:641\$416</b>		
Prêmios e descontos	<b>1:502\$851</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>606:431\$740</b>	<b>TOTAL</b>	<b>606:431\$740</b>

BALANCETE EM 30/03/1889

<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>	
Acionistas	<b>120:670\$000</b>	Capital	<b>300:000\$000</b>
Ações a emitir	<b>150:000\$000</b>	Ações em caução	<b>7:500\$000</b>
Caução da diretoria	<b>7:500\$000</b>	Garantias	<b>182:013\$300</b>
Instalação	<b>868\$610</b>	Letras a pagar	<b>88:888\$500</b>
Móveis e utensílios	<b>526\$540</b>	Comissões	<b>412\$355</b>
Casa do Banco	<b>491\$120</b>	Contas correntes limitadas	<b>695\$500</b>
Material de Escritório	<b>1:307\$600</b>	Prêmios e descontos	<b>216\$535</b>
Gastos gerais	<b>1:003\$180</b>	Efeitos comissionados	<b>2:335\$000</b>
Penhores agrícolas	<b>67:500\$000</b>	Contas correntes nominativas	<b>90:373\$982</b>
Títulos caucionados	<b>77:095\$000</b>	Contas correntes garantidas	<b>82:391\$575</b>
Penhor mercantil	<b>44:000\$000</b>		
Caução	<b>76:700\$000</b>		
Estampilhas e selos	<b>209\$820</b>		
Correspondentes	<b>52:678\$391</b>		
Caixa	<b>11:363\$846</b>		
Letras a receber	<b>95:787\$110</b>		
Títulos descontados	<b>45:190\$530</b>		
Títulos a receber	<b>1:935\$000</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>754:826\$747</b>	<b>TOTAL</b>	<b>754:826\$747</b>

BALANCETE EM 31/05/1889

<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>	
Acionistas	<b>120:670\$000</b>	Capital	<b>300:000\$000</b>
Ações a emitir	<b>150:000\$000</b>	Ações em caução	<b>7:500\$000</b>
Caução da diretoria	<b>7:500\$000</b>	Garantias	<b>242:113\$300</b>
Móveis e utensílios	<b>670\$540</b>	Letras a pagar	<b>104:544\$470</b>
Hipotecas urbanas	<b>18:000\$000</b>	Contas correntes limitadas	<b>511\$440</b>
Contas correntes garantidas	<b>94:311\$475</b>	Efeitos comissionados	<b>2:335\$000</b>
Diversas contas	<b>3:613\$270</b>	Contas correntes nominativas	<b>84:727\$052</b>
Penhores agrícolas	<b>66:600\$000</b>	Valores caucionados	<b>167:600\$000</b>
Títulos caucionados	<b>119:745\$000</b>	Fundos de reserva	<b>154\$659</b>
Penhor mercantil	<b>44:000\$000</b>	Dividendos	<b>900\$000</b>
Caução	<b>86:700\$000</b>	Lucros suspensos	<b>230\$463</b>
Estampilhas e selos	<b>70\$620</b>		
Correspondentes	<b>37:976\$988</b>		
Caixa	<b>814\$811</b>		
Letras a receber	<b>101:228\$150</b>		
Títulos descontados	<b>56:780\$530</b>		
Títulos a receber	<b>1:935\$000</b>		
<b>Total</b>	<b>910:616\$384</b>	<b>Total</b>	<b>910:616\$384</b>

BALANCETE EM28/06/1889

	<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>
Acionistas	<b>91:485\$000</b>	Capital	<b>300:000\$000</b>
Ações a emitir	<b>150:000\$000</b>	Ações em caução	<b>7:500\$000</b>
Caução da diretoria	<b>7:500\$000</b>	Garantias	<b>484:509\$300</b>
Móveis e utensílios	<b>838\$540</b>	Letras a pagar	<b>304:221\$785</b>
Hipotecas urbanas	<b>54:000\$000</b>	Contas correntes limitadas	<b>523\$530</b>
Contas correntes garantidas	<b>230:225\$646</b>	Efeitos comissionados	<b>4:686\$000</b>
Títulos a receber	<b>4:370\$800</b>	Contas correntes nominativas	<b>332:966\$917</b>
Penhores agrícolas	<b>67:020\$000</b>	Valores caucionados	<b>273:009\$000</b>
Títulos caucionados	<b>61:308\$300</b>	Fundos de reserva	<b>1:033\$403</b>
Penhor mercantil	<b>172:700\$000</b>	Dividendos - não reclamados	<b>1:156\$300</b>
Caução	<b>141:581\$000</b>	Lucros suspensos	<b>4:114\$910</b>
Material de escritório	<b>2:444\$450</b>		
Correspondentes	<b>44:113\$917</b>		
Caixa - em moeda corrente	<b>93:431\$641</b>		
Letras a receber	<b>545:645\$432</b>		
Títulos descontados	<b>24:468\$219</b>		
Letras municipais	<b>21:095\$000</b>		
Casa do Banco	<b>711\$450</b>		
Instalação	<b>781\$750</b>		
<b>Total</b>	<b>1.713:721\$145</b>	<b>Total</b>	<b>1.713:721\$145</b>

BALANCETE EM 12/02/1891

	<b>ATIVO</b>		<b>PASSIVO</b>
Acionistas	<b>90:000\$000</b>	Capital	<b>300:000\$000</b>
Ações a emitir	<b>150:000\$000</b>	Ações em caução	<b>7:500\$000</b>
Caução da diretoria	<b>7:500\$000</b>	Garantias	<b>484:402\$200</b>
Móveis e utensílios	<b>838\$540</b>	Letras a pagar	<b>399:031\$118</b>
Hipotecas urbanas	<b>33:200\$000</b>	Contas correntes	<b>621:967\$201</b>
Contas correntes garantidas	<b>127:657\$492</b>	Efeitos comissionados	<b>4:686\$000</b>
Títulos a receber	<b>4:370\$800</b>	Valores caucionados	<b>203:709\$000</b>
Penhores agrícolas	<b>137:420\$000</b>	Fundos de reserva	<b>4:875\$558</b>
Títulos caucionados	<b>59:208\$300</b>	Dividendos - não reclamado	<b>5:783\$800</b>
Penhor mercantil	<b>38:500\$000</b>	Lucros suspensos	<b>20:794\$318</b>
Caução	<b>226:073\$900</b>		
Material de escritório	<b>3:172\$620</b>		
Correspondentes	<b>329:838\$496</b>		
Caixa - em moeda corrente	<b>66:761\$189</b>		
Letras a receber	<b>696:653\$400</b>		
Títulos descontados	<b>337:822\$079</b>		
Letras municipais	<b>17:360\$000</b>		
Estampilhas e selos	<b>252\$400</b>		
Ações	<b>17:130\$000</b>		
<b>Total</b>	<b>2.043:759\$195</b>	<b>Total</b>	<b>2.043:759\$195</b>

BALANCETE EM 30/06/1891

	DÉBITO		CRÉDITO	
saldo da conta de instalação	781\$750	troco de ouro	7\$000	
honorários da diretoria	10:125\$800	comissões	1:057\$858	
Fundos de reserva	2:672\$098	premios e descontos	21:913\$280	
Dividendos	3:600\$000	aferidos em ações	4:000\$000	
Lucros suspensos	10:148\$538	dividendos de ações em comisso	350\$400	
<b>Total</b>	<b>27:328\$538</b>	<b>Total</b>	<b>27:328\$538</b>	

Demonstração da conta  
de lucros e perdas no semestre

### DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS EM 30/06/1891